

## O NOVO ENSINO MÉDIO E O NEOLIBERALISMO: A EDUCAÇÃO DENTRO DA LÓGICA CAPITALISTA


### THE NEW HIGH SCHOOL EDUCATION AND NEOLIBERALISM: EDUCATIONS INSIDE THE CAPITALIST LOGIC


Recebido em: 19/08/2023

Aceito em: 10/09/2023

Publicado em: 17/09/2023

João Hebert Araújo Silva<sup>1</sup> 

José Augusto Evangelista da Silva<sup>2</sup> 

Joedson Brito dos Santos<sup>3</sup> 

**Resumo:** Com a reforma do Novo Ensino Médio, se observou diversos aspectos problemáticos em sua formulação e na maneira como foi aprovada em 2017. Além disso, em sua estrutura e parâmetros, se observou diversos traços da ideologia da classe dominante, levando a comunidade de docentes e discentes ao questionamento sobre qual é a real intencionalidade desta referida reforma. Nesse sentido, o seguinte estudo busca entender qual é o papel desta reforma dentro de uma série de mudanças ocorridas no Brasil depois da ruptura política de 2016, quais são suas implicações e para quem ela está servindo. Ademais, buscaremos entender como a educação brasileira vem sendo cooptada pela lógica capitalista, transformando ela em uma ferramenta que funciona a partir da lógica de mercado. O estudo se baseia em uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo por meio do Google acadêmico, nos possibilitando um maior aporte teórico. Conclui-se, a necessidade de lutar pela revogação do Novo Ensino Médio, buscando a retomada de uma educação humanística.

**Palavras-chave:** Capitalismo; Educação; Neoliberalismo; Novo Ensino Médio.

**Abstract:** With the reform of the News Secondary School, several problematic aspects were observed in its formulation and in the way it was approved in 2017. In addition, in its structure and parameters, several traits of the ideology of the ruling class were observed, leading the community of teachers and students to the questioning about what is the real intention of this referred reform. In this sense, the following study seeks to understand what is the role of this reform within a series of changes that occurred in Brazil after the political rupture of 2016, what are its implications and for whom it is serving. In addition, we will seek to understand how Brazilian education has been co-opted by capitalista logic, transforming it into a tool that Works based on Market logic. The study is based on a qualitative bibliographical review through Google academic, allowing us a greater theoretical contribution. In conclusion, the need to fight for the repeal of the New High School, seeking the resumption of a humanistic education.

**Keyword:** Capitalism; Education; Neoliberalism; New High School

---

<sup>1</sup> Graduando no curso de licenciatura em história pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). É aluno bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). E-mail: [joaohebert1973@gmail.com](mailto:joaohebert1973@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduando no curso de licenciatura em história pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). É aluno bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). E-mail: [aevangelista324@gmail.com](mailto:aevangelista324@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor em educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é professor adjunto da Unidade Acadêmica de Educação (UAED) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFCG). Coordena o grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Práxis Educativa (GEPPPE) e é membro fundador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Desigualdade Social e Políticas Públicas (NEPED/UFT). E-mail: [joedson.brito@professor.ufcg.edu.br](mailto:joedson.brito@professor.ufcg.edu.br)

## INTRODUÇÃO

A reforma do ensino médio, aprovada em 2017, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional LDB<sup>4</sup> e provocou alterações na conjuntura educacional brasileira, uma vez que a referida lei, em teoria, prevê a flexibilização da grade curricular de ensino, o aumento da carga horária e a articulação com a educação “profissional” com o objetivo de capacitar os estudantes para o mercado de trabalho (SIMÕES, 2017, p. 7), provocando uma alteração significativa na estrutura do último estágio da educação básica, o Ensino Médio. Sendo assim, vale ressaltar que essa alteração estrutural descarta o papel da escola enquanto uma instituição voltada para a produção de conhecimento humano e orientação do indivíduo para o contexto social que ele está inserido, se voltando para uma produção massiva de proletários. Com isso, a Lei Federal 13415/2017 – entrou em vigor no ano de 2022 nas escolas públicas, a princípio, para os estudantes do primeiro ano com a intenção de oferecer uma maior flexibilidade do ensino a partir de uma segmentação de itinerários formativos, elaboração de projetos de vida, implantação do ensino integral e introdução de uma formação tecnicista de responsabilidade das unidades escolares, que visa capacitar os remanescentes servidores para o mercado de trabalho (DE FREITAS; DA SILVA, 2018, p. 18).

Atualmente, embora exista um grande movimento organizado por todo o Brasil lutando pela revogação desse novo ensino médio, liderado pelos movimentos estudantis secundaristas, pela classe dos professores e por alguns deputados federais com pautas mais progressistas, o cenário ainda é extremamente complexo e desafiador para se organizar uma nova proposta que valorize o conhecimento humano em detrimento dos interesses da elite liberal em colocar o sistema educacional brasileiro a seu favor. Uma pesquisa realizada pelo SENAI e SESI em dezembro de 2022, mostrou que 70% dos entrevistados apoiam o novo modelo de ensino mesmo sem ter plenos conhecimentos de seu funcionamento. Toda essa aceitação em torno desse modelo se dá pelas inúmeras propagandas que foram realizadas em TV aberta com subsídio público e de instituições privadas como a Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho e Fundação Itaú Social. Com essas propagandas, é possível observar todo um modelo de marketing sofisticado, com uma narrativa que expõe o desejo de uma educação pautada na autonomia, flexibilidade e eficiência, na tentativa de buscar uma aceitação por parte da sociedade que está vivenciando um período conturbado no que tange o cenário político, econômico e social.

---

<sup>4</sup> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou Lei nº 9.394/1996 define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes da Constituição brasileira de 1988.

Desse modo, é válido salientar o contexto político sobre o qual a referida Lei foi aprovada, o que de certa maneira justifica a natureza ideológica do Novo Ensino Médio e sua postura antidemocrática. Nesse ínterim, convém ressaltar que tais pressupostos não foram debatidos recentemente, mas os moldes da reforma que conhecemos foram resgatados de um projeto de Lei engavetado, que no momento oportuno foi posto em tramitação sobre os olhares atentos de determinados setores da sociedade. O até então projeto de Lei 6840, protocolado em 2013 pelo deputado Reginaldo Lopes (PT – MG), foi uma das primeiras tentativas de mudanças na conjuntura educacional brasileira divulgada à sociedade. Todavia, ao invés das ações políticas voltadas para espaços educacionais provocarem um alívio para a comunidade escolar, a referida proposta acendeu um sinal de alerta, visto que todas suas elaborações partiram das sugestões e contribuições incisivas de alguns representantes dos segmentos dos setores privados. Em contrapartida, sem a presença dos profissionais da educação, ou seja, desde sua criação, as alterações nas estruturas formativas dos jovens brasileiros esteve voltada para atender os anseios da classe empresarial, isto é, os espaços escolares funcionando a partir dos interesses da ideologia de mercado, na qual passaria a se destacar pela formação de trabalhadores fisicamente ativos, porém, intelectualmente atrofiados – em virtude das intenções de redução e não obrigatoriedade de algumas das disciplinas teóricas – (GIRON, 2008, p. 8), por conseguinte, peças fundamentais em uma cadeia de produção capitalista que objetiva o lucro em detrimento das disparidades socioeconômicas.

No entanto, à forte presença dos setores privados na elaboração desta reforma, provocou uma grande pressão externa por parte dos atores educacionais que não tiveram participação na formulação da reforma e, em decorrência deste fato, se uniram na criação do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio - o MNDDE<sup>5</sup> – com a finalidade de tornar público seu manifesto acerca das reivindicações a respeito da reforma do ensino médio, o que resultou mais tarde em um desgaste no projeto neoliberal e seu eventual engavetamento (CORRÊA; GARCIA, 2018, p. 11). No entanto, a semente plantada em meados de 2013 só passaria a render bons frutos em um ambiente – neste caso

---

<sup>5</sup> O movimento Nacional Pelo Ensino Médio foi criado por dez entidades do campo educacional – AMPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), CEDES (Centro de Estudos e Sociedade), FORUMDIR (Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação), ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), Sociedade Brasileira de Física, Ação educativa, Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, AMPAE (Associação Nacional de Política e Administração da Educação), CONIF (Conselho Nacional Das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica) e CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e foi criado no início de 2014 com vista a intervir no sentido da não aprovação do projeto de Lei N° 6.840/20131. Para esse fim, empreendeu um conjunto de ações junto ao Congresso Nacional e ao Ministério da Educação, além de criar uma petição pública.

em um Governo – propício a tais aspirações políticas de aparelhamento de mercado. Sobre esse viés, as recentes tensões políticas nos anos subsequentes culminados no impeachment da presidenta Dilma Rousseff e, conseqüentemente, o empossamento do seu vice Michel Temer, foram panos de fundos fundamentais para o renascimento da já conhecida proposta que, com certas alterações, mas com os mesmos objetivos, tramitou de maneira livre no congresso e para seu desfecho protocolar sobre assinatura do presidente Michel Temer. A aprovação da reforma do ensino médio, dentre outras reformas do governo, expressava diante daquele contexto uma vitória e plena ascensão do neoconservadorismo e do neoliberalismo na classe política brasileira.

Nesse sentido, é nosso objetivo pensar essa reforma do Novo Ensino Médio dentro de uma série de outras reformas que se sucederam no Brasil após a ruptura política de 2016, no qual se estabelece a introdução de um governo de caráter neoliberal com Michel Temer e se estabiliza com os 4 anos do governo de Jair Messias Bolsonaro em detrimento ao período de 16 anos da social-democracia do PT. É importante ressaltar que, com o impeachment, o Brasil vai passar por uma transformação política, econômica, social, na forma de acumulação de capital e nas relações trabalhistas, sendo a educação uma das etapas a serem alcançadas com as reformas estruturais e transformá-la em uma ferramenta a favor da lógica de mercado (LAVAL, 2019, p. 25). A partir de 2016, o que se viu foi um verdadeiro desmonte na educação básica e superior no Brasil. Entre as diversas medidas tomadas, destaca-se o contingenciamento de recursos para a educação básica, derivada da PEC 55/2016 que limita os investimentos públicos durante 20 anos. Assim, segundo um relatório publicado em 2021 e organizado pela instituição Todos Pela Educação<sup>6</sup>, houve uma redução de 13,3% no orçamento da educação básica entre 2015 e 2019. No entanto, a grande reforma feita dentro da educação neste contexto de mudança política foi o Novo Ensino Médio, na qual, tem o propósito de excluir a ideia de uma educação republicana herdada do Iluminismo por se tornar obsoleta aos olhos da elite brasileira, preconizando um novo objetivo para a nossa educação e dando um novo sentido, a produção de capital humano (LAVAL, 2019, p. 20).

A ideia de uma educação histórico-crítica, destinada à formação de cidadãos críticos e conscientes de sua realidade social, é tida como ultrapassada desde a primeira metade do século XX, quando a educação passa a agir de acordo com a lógica capitalista de mercado (LAVAL, 2019, p. 14).

---

<sup>6</sup> Todos pela Educação é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e sem ligação com partidos políticos, criada com a participação de diversos setores da sociedade brasileira e com o objetivo de assegurar o direito à educação básica de qualidade para todos os cidadãos.

É nesse sentido que a escola assume o papel como ferramenta produtora do chamado “capital humano”. O objetivo do Novo Ensino Médio é formar uma massa de proletários que atuem como supostos “empreendedores” e que vão em busca de suas “realizações” pessoais, ao invés de se buscar uma possível formação voltada para o conhecimento. Todo este discurso vem sendo cooptado pela população brasileira por causa da imensa despoltização que os acometeu durante esses últimos 7 anos. Nesse sentido, muito por causa do enraizamento das ideias Neoliberais aqui no Brasil, se começa a reproduzir a visão Neoliberal de que a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança e para o seu desenvolvimento (LOPES; CAPRIO, 2008, p. 10).

## **METODOLOGIA**

Neste contexto, o presente artigo busca averiguar como o neoliberalismo quer transformar a educação brasileira em uma ferramenta a seu favor, como o novo ensino médio surge a partir de uma ruptura política nos pós-golpe de 2016 e pensá-lo dentro de uma série de reformas administrativas e não isoladamente. Para tanto, a título de consolidar os argumentos expostos acerca da relação das recentes mudanças na matriz curricular com o ideário neoliberal brasileiro, caracterizou – se esta pesquisa com um teor metodológico qualitativo, uma vez que o referido estudo se apropria de conteúdos e conceitos já publicados, tendo em vista que apesar de tal problemática ser recente, é bem verdade que a temática em torno da reforma do ensino básico e o contexto sobre a qual foi idealizado abrem margem para discussões consideráveis de pesquisadores renomados academicamente, ou seja, com formação acadêmica de mestrado e/ou doutorado.

Nesse contexto, com o intuito de maior aprofundamento teórico na pesquisa, o Google acadêmico por meio de técnicas dos operadores booleanos foi utilizado como instrumento principal na apropriação de pesquisadores da área da educação brasileira. Na oportunidade, foram resgatados indagações e discussões pertinentes dos referidos profissionais acerca dos traços do neoliberalismo e de sua presença nos espaços educacionais, como também os entraves ideológicos da reforma do ensino médio na construção de cidadãos dotados de saberes técnicos, porém defasados em termos de conhecimentos teóricos, críticos e direcionados como uma mão de via única as adversidades e vulnerabilidade do mercado de trabalho.

## A ASCENSÃO DA IDEOLOGIA DE MERCADO NO CENÁRIO BRASILEIRO

Sobre esse viés, a partir da análise da descontinuidade governamental no ano de 2016, resultado da destituição da presidenta Dilma Rousseff, é possível evidenciar que tal julgamento político proporcionou momentos oportunos para um novo direcionamento administrativo e de mudanças bruscas no caráter ideológico dos setores institucionais do país. A título de provocar uma maior compreensão desse curto espaço de tempo referente ao período que antecede o processo de impeachment, bem como seu desfecho, se faz necessário resgatar uma série de medidas e reformas econômicas que foram apresentadas e aprovadas prontamente após a “queda” do governo progressista e ascensão dos ideários neoliberais sobre a personificação do cargo de executivo assumido naquele período pelo até então vice-presidente Michel Temer. Diante dessa lógica, convém destacar que um dos potencializadores da ruptura política em discussão, partiu das pressões e ambições da classe empresarial em busca de favorecimento em certas medidas políticas (KEHL, 2018, p. 5), dentre as quais cabe ressaltar a Lei N°13467 que regulamentou a reforma trabalhista<sup>7</sup> e a própria mudança curricular do ensino médio, pautas dentro do cenário de instabilidade econômica e de precariedade do ensino, elas eram vistas como discussões válidas por todo o corpo político e civil da sociedade brasileira.

Entretanto, como tais propostas foram elaboradas, a serviço das novas tendências capitalistas, assumindo um caráter tendencioso de uma classe sobre a outra e legitimando os processos de flexibilidade das relações de trabalho (SAVIANI, 2018, p. 3), indubitavelmente não seriam aprovadas por um executivo de viés progressista e seria, no caso da proposta do Novo Ensino Médio, fatalmente questionados pelos atores educacionais, isso se a referida proposta fosse transparente em todas suas fases e contasse com as participações dos representantes da educação, ou seja, uma proposta vilmente democrática.

Em síntese, o cenário de instabilidade política estrategicamente implantada que resultou no processo de impedimento do mandato da presidenta Dilma, pode ser representado com ou sem intenção, em uma resposta às exigências do mercado, que a partir das mudanças estruturais do capitalismo - novo modelo, em teoria, mais flexível, adaptável e sem vínculos empregatícios - prevê sua expansão por meio de duas vias que se complementam, dos aparatos estatais no estabelecimento

---

<sup>7</sup> A reforma trabalhista é um conjunto de novas regras pelo governo para reformular a CLT (consolidação das leis do trabalho). No Brasil, a reforma foi aprovada no ano de 2017, flexibilizando e precarizando as relações de trabalho, prejudicando, sobretudo, a classe trabalhadora.

de reformas e da divulgação de propagandas que idealizam o novo mercado de trabalho - como um espaço cercados de oportunidades para independência financeira. Essas ramificações sutilmente alocadas pelo Estado por meio de leis como liberação da terceirização, reforma trabalhista e a do novo ensino médio protocoladas e postas em vigor a partir do governo Temer, levam ao mesmo destino, que é a produção de uma mão de obra meramente capacitada, barata e submissas às ideologias do capital. Se por um lado as recentes reformas protagonizaram uma estabilidade e amparo econômico aos setores privados, é bem verdade que os remanescentes trabalhadores - peças fundamentais dentro da engrenagem capitalista - tem sentidos os efeitos das novas faces no mundo do trabalho, na qual os esforços individuais tornam-se mais do que nunca necessários diante da precarização e informalidade dos setores de serviços, sobre a qual facilidade no emprego e imersão nessas atividades não significa um estado de dignidade, visto que majoritariamente as novas oportunidades de trabalho trazem consigo um ideal de individualidade, isto é, não contém nenhum vínculo de regimento institucional ou governamental para a estabilidade social do trabalhador.

Em outras palavras, o empregado encontra-se ausente de qualquer direito trabalhista ou seguro, executando uma série de atividades sem nem mesmo conhecer ou ter um patrão que são, hodiernamente, representados por sistemas ou aplicativos (ANTUNES, 2018, p. 19). A análise crítica das novas faces do capitalismo põe à prova as promessas ilusórias presentes nas reformas, uma vez que o otimismo esperado com ênfase a um crescimento individual concomitantemente ao da empresa, postulado que tornou-se um lema de muitas companhias, evidenciam, na verdade, as reais situações do país e da instabilidade do sistema econômico onde notadamente o crescimento empresarial está dissociado da ascensão econômica do proletário, todavia, tais setores ainda continuam dependentes dos esforços físicos alheios para seu pleno desenvolvimento.

## **A EDUCAÇÃO A SERVIÇO DO MERCADO E DAS IDEOLOGIAS NEOLIBERAIS**

No contexto educacional, as influências neoliberais não representam apenas uma redução do papel do Estado na oferta dos serviços públicos, mas apresentam-se também como ameaças de danos irreversíveis no futuro de jovens com potencial desenvolvimento acadêmico, que têm sido sufocados pelas ambições de um sistema capitalista que objetiva sempre o lucro em detrimento de uma educação humanística e de formação crítica.

Nesse sentido, o avanço da ideologia de mercado nos espaços educacionais é um fenômeno preocupante, que provoca em instituições públicas de ensino uma série de possibilidades e medidas

que se distanciam do real sentido e propósito escolar. As ambições em torno do ambiente de ensino não se restringem apenas a formação de trabalhadores tecnicamente qualificados, mas no assentamento de uma ideologia dominante e sua eventual reprodução por meio de uma estrutura legítima e de desenvolvimento humano, que são as escolas públicas (TEIXEIRA, 2000, p. 24).

Diante dessa situação, convém problematizar que a visão de que a educação é uma esfera imparcial é uma concepção ingênua que obscurece o fato que as escolas sempre foram influenciadas por uma série de fatores políticos, econômicos e sociais (FREIRE, 1968, p. 58), ou seja, uma das incessantes práticas de governos com ideologias bem acentuadas é a apropriação e formação de um currículo a serviço de seus interesses, para perpetuação das suas aspirações econômicas. Isso pode ser visto na forma como as bases curriculares a serviço da classe dominante são estruturadas, nas práticas de avaliação e na forma como os professores e alunos são tratados. O critério da rentabilidade sem dúvidas é um dos potencializadores na aproximação das bases neoliberais no âmbito educacional. A lógica do mercado tende a concentrar recursos nas instituições de ensino mais rentáveis economicamente, que geram resultados a curto prazo, em contrapartida, a educação como objeto de negócios valida a exclusão daqueles que não tem como competir no mercado. Isso pode agravar as desigualdades educacionais e sociais, já que as escolas que requer uma maior atenção e investimento ficará a mercê dos setores públicos e privados pelo simples fato de não atingir as metas esperadas pelos referidos órgãos, como se todas as instituições escolares estivessem em “pé” de igualdade para esse ideal de competitividade - igualdade essa que está longe de ser alcançada tratando-se do Brasil. Assim, a noção de “sucesso” ou “insucesso” atribuídos tanto ao corpo estudantil quanto às unidades educacionais advém justamente dessa mercantilização do ensino (LAVAL, 2019, p. 45), na qual a ênfase parte dos mesmos critérios mercadológicos, isto é, a centralidade nas questões quantitativas, como a redução de custos e aumento da produtividade, em detrimento de objetivos pedagógicos e da formação integral dos estudantes. Para entendermos a postura do Estado no estabelecimento de parcerias com o setor privado, bem como os interesses do capital no ambiente educacional. Evidenciamos Dave Hill que explicou:

O capital precisa de um Estado intervencionista forte principalmente nas áreas de educação e capacitação – o campo em que se produz uma força de trabalho ideologicamente submissa, mas tecnicamente capacitada -. A produção social da força de trabalho é crucial para o capitalismo, que precisa extrair mais valor excedente possível da força de trabalho de seus trabalhadores (HILL, 2003, p. 32).



A partir da perspectiva do autor podemos discutir as verdadeiras faces dos órgãos protagonistas da reforma do ensino no Brasil, sobre o lado governamental brasileiro é evidente que ao dividir responsabilidades de políticas públicas com os setores privados, o governo retira de si certas cobranças frente às adversidades e precariedades do ensino. Além disso, tais parcerias provoca por parte dos órgãos públicos uma timidez na aplicação de investimentos diretos na educação, resultando em uma lucratividade a médio prazo – como o aproveitamento do magistério da redepública para o ensino técnico ou de empreendimento em um fenômeno recorrente denominado: notório saber<sup>8</sup> - e longo prazo, tendo em vista que a educação como plano de negócios está centrado na produção de força de trabalho para as empresas capitalistas (HILL, 2003, p. 32), assim como no direcionamento de suas responsabilidades e deveres para instituições privadas. No caso do neoliberalismo, é possível traçar certos pontos de divergências contra suas próprias bases, caracterizando-se, assim, uma postura de hipocrisia, tendo em vista que as aspirações do novo modelo se baseia na intervenção do Estado em estruturas como a educação, que diante das novas faces do capitalismo passou a ser visto como facilitadora na produção de mão de obra barata e capacitada. Assim, o neoliberalismo abdicou de seus princípios – independência estatal – para sanar suas incessantes busca pelo lucro e assentamento ideológico, mesmo que tal excedente seja fruto de investidas governamentais.

## **O NOVO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: DESAFIOS E LIMITAÇÕES DE UMA REFORMA EDUCACIONAL**

Em linhas gerais, dentro desse jogo de interesse que se tornou a educação brasileira, o compartilhamento dos futuros fatores benéficos no Novo Ensino Médio não engloba as responsabilidades pela formação dos estudantes. Dessa maneira, o novo modelo educacional não está centrado em uma tentativa de potencializar possíveis talentos ou formar seres críticos/pensantes, a lógica neoliberal dentro do meio escolar está focado no recuo estratégico do capitalismo em capacitar os indivíduos ainda em idade acadêmica, possibilitando uma maior produtividade no mundo do trabalho. Neste caso, programas educacionais, como o próprio projeto de vida que atua de modos operantes a serviço do mercado de trabalho, não podem ser vistos como garantia de um futuro

---

<sup>8</sup> O Notório Saber é o processo pelo qual se identifica, avalia e valida formalmente os conhecimentos, habilidades e aptidões desenvolvidas na experiência de trabalho ou de vida, independente da formação formal, com o objetivo de possibilitar a atuação na docência, como se licenciado fosse, estritamente nos itinerários formativos profissionais do Ensino Médio previsto em lei.

emprego. Na verdade, algumas ressalvas precisam ser realizadas com o intuito de romper com o caráter ilusório da reforma. No final das contas, a capacitação técnica do indivíduo não significa uma ocupação imediata de uma determinada vaga, considerando as circunstâncias do mercado em meio a sua complexidade, é válido ressaltar que tal ramo se alimenta da competitividade dos serviços e não está veiculado a atender todas as demandas de mão de obra.

Destarte, não é exagero reduzir o Novo Ensino Médio como uma mão de via única que leva os estudantes ao destino de incertezas, em outras palavras, sem quaisquer alternativas de carreiras profissionais além das formações técnicas incentivados no novo modelo, os alunos do último estágio do ensino básico serão direcionados a um cenário de adversidades socioeconômicas devido às ausências de postos de trabalhos e de políticas públicas no enfrentamento das desigualdades sociais acarretando um dos pontos-chaves do ideário neoliberal: a responsabilização individual (GARCIA; DA SILVA CZERNISZ; PIO, 2022, p. 14). Logo, conforme os princípios do neoliberalismo e de sua postura em defesa do mercado, o próprio indivíduo é o grande responsável pelos fracassos em sua carreira. Tratando-se das particularidades do Brasil e de suas deficiências educacionais, não é algo fora da realidade em um futuro próximo constatar um corpo social desestimulado e entregue as vontades da ideologia capitalista.

Em meio a esse ambiente conturbado, o Novo Ensino Médio entrou em vigor no ano de 2022. Esse período transitório para o novo modelo educacional põe à prova os esforços governamentais para a afirmação da proposta. Contudo, um dos empecilhos na execução de políticas públicas no Brasil são as desigualdades regionais, que dentre outros entraves provocam um descompasso na efetivação de certas ações do governo. Além disso, considerando o âmbito educacional, convém mencionar que no Brasil não temos um padrão escolar condizente as diretrizes e ambições da reforma, em termos de estruturas físicas, qualificações do magistério e investimentos igualitários nas escolas, o que prevalecem dentre as tentativas de acertar um estado de plena precarização das instituições de ensino. Com o Novo Ensino Médio não tem sido diferente, a flexibilidade da grade curricular carregados de intenções neoliberais enfrentam grandes impasses em sua implantação, dentre as quais cabe destacar as limitações de escolhas por parte dos estudantes pela falta dos itinerários formativos ou especializações técnicas em certas unidades escolares, novidade que talvez seja o ponto central da referida reforma e que até o momento se encontra inviável diante das situações de instabilidade das escolas públicas brasileiras. Em detrimento a esse cenário, devemos:

Para tanto, é fundamental que a escola pública tenha um currículo enriquecido, ao contrário das reduções com as quais nos deparamos na reforma atual, em que a formação dos jovens é minimizada numa escola formatada por interesses de mercado, cujos itinerários formativos nem sempre serão oferecidos o que esgarça a concretização de uma escola democrática (GARCIA; DA SILVA CZERNISZ; PIO, 2022, p. 3).

Discussões como essas põe em dúvida se de fato os postulados do novo ensino médio foram elaborados consoante as especificidades e particularidades do Brasil, as tentativas de privatização do ensino paralelos às condições de desigualdades nos ambientes escolares expõe as verdadeiras prioridades/intenções do governo, como agente ativo e intervencionista a favor do bem-estar social, na qual suas atenções deveriam estar voltadas para atender as necessidades básicas dos seus estudantes. Entretanto, o governo em uma tentativa de se desviar de parte de suas responsabilidades apresenta a sociedade uma nova proposta cercada de propagandas que enaltecem a liberdade de escolha e de maiores oportunidades para os indivíduos ainda em idade acadêmica. Em um primeiro momento, é possível notar que o novo modelo é visto como atraente e tornou-se cativante aos olhos do senso comum. Não obstante, a partir da análise crítica do período transitório do ensino, que caminha a passos lentos para sua universalização, é constatado que, na realidade, a reforma contraria as diretrizes básicas da lei e do ideário neoliberal, uma vez que vem restringindo não apenas a liberdade de escolha do indivíduo, como também se distanciando do real propósito do ensino médio que é introduzir e incentivar o corpo discente a continuidade acadêmica, neste caso ao ensino superior.

Outro assunto pertinente acerca da problemática refere-se ao papel do magistério no novo currículo. Os professores que podem ser vistos como potencializadores na produção social de cidadãos e no aprimoramento de habilidades e competências dos estudantes (LIBÂNEO, 1994, p. 14), sobre o contexto da atual reforma tem assumindo um papel de coadjuvante no processo formativo dos jovens, tal atributo podem ser justificados pela depreciação das disciplinas teóricas, quanto as reduções em sua carga horária, formações de novos materiais didáticos que privilegiam os aspectos interdisciplinares e até mesmo o fato das áreas do conhecimentos - como humanas e natureza - passarem a ser opcionais por parte dos estudantes, em uma tentativa de enxugamento da grade curricular. Essas diretrizes presentes no Novo Ensino Médio podem ser avaliadas como dispositivos inibidores dos comportamentos dos docentes e nas limitações do caráter crítico das aulas, criticidade essa inerente na relação professor e aluno e talvez seja a principal essência das disciplinas de humanas.

Diante desse cenário, a desvalorização dos professores das referidas áreas não são obras do acaso, evidentemente, as empresas capitalistas enxergam nos setores educacionais um ambiente propício no alastramento de suas ideologias (GIRON, 2008, p. 7) e de certa maneira o contato dos remanescentes subordinados nas disciplinas que priorizam a formação reflexiva dos seres sobre o mundo (PENNA; FERREIRA, 2018, p. 5) não fazem parte dos planejamentos do mercado, que em síntese podem ser explicitados como a formação de personalidades submissas, ideologicamente doutrinados, acríticos e a favor da economia capitalista, mesmo que a prosperidade dos negócios sejam resultados de injustiças sociais, contratempo que dessa vez serão intensificadas pelas ações governamentais mediante os postulados da nova proposta de ensino.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da ruptura política ocorrida em 2016, se observa, na sociedade, uma virada ideológica na concepção de acumulação de capital, investimentos públicos destinados a programas sociais, papel do Estado e, sobretudo, o papel da educação dentro de uma perspectiva mercadológica extremamente fomentada pela ideologia neoliberal. A partir desse contexto, é facilmente observável o avanço do neoconservadorismo nos diversos âmbitos da sociedade brasileira, influenciadas, sobretudo, pelos intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2004, p. 26), cooptando diversos segmentos das sociedades a partir de um grande complô de investidores que financiam esses atores para disseminar sua ideologia em detrimento a classe trabalhadora (EMPOLI, 2019, p. 8). Nessa perspectiva, embora a reforma do ensino médio tenha partido de um nítido interesse da elite brasileira para transformar a educação em mais uma ferramenta que funcione a partir de sua lógica e necessidade, esse processo se caracterizou no imaginário da população como algo legítimo, que proporciona um aparato físico e educacional melhor para os seus usuários.

No entanto, o atual sistema educacional, a partir das influências neoliberais, representa uma ameaça em todos os aspectos da sociedade, uma vez que o conhecimento humano está sendo deixado de lado para o favorecimento de uma produção massiva de trabalhadores alienados que, futuramente, irão representar a classe trabalhadora em uma posição despolitizada em contraste com a luta pelos seus direitos, uma vez que a educação está sendo colocada a serviço do mercado e das ideologias neoliberais. Em suma, a análise profunda das novas faces do capitalismo coloca em xeque as promessas ilusórias presentes nas reformas educacionais ocorridas em 2017 e, evidencia, principalmente, o crescimento do interesse empresarial em todos os aspectos que envolvem o sistema

educacional brasileiro.

Diante da realidade mencionada anteriormente, torna-se imperativo que a educação deixe de ser apenas uma prioridade no discurso e passe a ser prioridade nas ações concretas (ANDRIOLI, 2002, p. 14). Nessa perspectiva, torna-se importante compreender o Novo Ensino Médio como um produto resultante de um processo histórico, caracterizado por avanços da ideologia neoliberal, conservadorismo e retrocessos educacionais para a população mais vulnerável do país, especialmente após o golpe de Estado de 2016. Convém destacar as lutas sociais que estão sendo travadas pelos setores que vem vivenciando de maneira direta a aplicação e desenvolvimento deste novo modelo. Embora a luta já esteja sendo feita a partir de manifestos formais dos movimentos estudantis e sindicatos educacionais de todo o país, a luta por uma educação de qualidade e universal que consiga emancipar a classe trabalhadora por meio do conhecimento prioritariamente humanístico e científico é árdua e difícil. Nesse sentido, devemos sempre construir, se organizar, não desistir e, como nos ensinava o grande mestre Paulo Freire, devemos sempre esperar (FREIRE, 1992, p. 48).

## REFERÊNCIAS

- ANDRIOLI, Antonio. As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo. **Revista espaço acadêmico**, v. 2, n. 13, 2002
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na eradigital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- GRAMSCI, Cadernos do cárcere, Volume 2. Edição e Tradução C. N. Coutinho (co-edição); L. S. Henriques; M. A. Nogueira. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- DA EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições**. Vestígio Editora, 2019.
- DE FREITAS, Josí Aparecida; DA SILVA BUENO, Marisa Fernanda. Reforma do ensino médio: uma política neoliberal para o (auto) governo da educação brasileira. **Teoria e Prática da Educação**, v. 21, n. 2, p. 71-83, 2018.
- DE SOUZA CORRÊA, Shirlei; DE OLIVEIRA GARCIA, Sandra Regina. “Novo ensino médio: quem conhece aprova!” Aprova?. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 604-622, 2018.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 2014.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- GARCIA, Sandra Regina Oliveira; DA SILVA CZERNISZ, Eliane Cleide; PIO, Camila Aparecida. **‘Novo’ Ensino Médio? Customização neoliberal da formação integral. Retratos da Escola**, v. 16, n. 34, p. 23-38, 2022.
- GIRON, Graziela Rossetto. Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com cidadania. **Educ. Puc**, p. 17-26, 2008.
- HILL, Dave. **O neoliberalismo global, a resistência e a deformação da educação**. Currículo sem fronteiras, v. 3, n. 2, p. 24-59, 2003.
- Kehl, Maria Rita. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Boitempo editorial, 2019.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez editora, 1994.
- LOPES, Ediane Carolina Peixoto Marques; CAPRIO, Marina. As influências do modelo neoliberal na educação. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, n. 5, p. 1-16, 2008.
- SAVIANI, Dermeval. **"Novo Ensino Médio: um erro histórico"**. Revista Carta Educação, 2018. Disponível em: <https://www.cartaeducacao.com.br/artigo/novo-ensino-medio-um-erro-historico/>. Acesso em: 02 abril 2023.
- SIMÕES, Willian. O lugar das Ciências Humanas na “reforma” do ensino médio. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 45-59, 2017.
- PENNA, Fernando de Araújo; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **O trabalho intelectual do professor de História e a construção da educação democrática: práticas de história pública frente à Base Nacional Comum Curricular e ao Escola Sem Partido**. História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, p. 109-127, 2018.
- POPULAÇÃO aprova mudanças trazidas pelo Novo Ensino Médio Escola SESI SESI. **In: SESI. População aprova mudanças trazidas pelo Novo Ensino Médio Escola SESI SESI**. Digital. São Paulo, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://www.fieb.org.br/noticias/populacao-aprova-mudancas-novo-ensino-medio/>. Acesso em: 6 abr. 2023.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS. **Decreto nº N° 9.394, de 6 de abril de 2023**. Minuta-de-Resolucao-sobre-Notorio-Saber. [S. l.], 6 abr. 2023. Disponível em: <https://www.cee.go.gov.br/files/Minuta-de-Resolucao-sobre-Notorio-Saber.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2023.
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a democracia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.



TODOS, PELA EDUCAÇÃO. A educação no Brasil: uma perspectiva internacional. **Publicado originalmente pela OCDE em inglês sob o título: Education in Brazil: an international perspective**© OECD, 2021